

Governadores criticam pontos do pacote

O anúncio das medidas para o ajuste fiscal provocou uma insatisfação geral entre os governadores eleitos, incluindo os integrantes de partidos aliados do presidente Fernando Henrique Cardoso. Do tucano paulista Mário Covas ao peemedebista pernambucano Jarbas Vasconcelos, as reclamações foram gerais. A exceção foi Jaime Lerner (PFL), do Paraná, que não só apoiou integralmente o pacote como ainda anunciou um significativo programa local de cortes.

As medidas paranaenses envolvem reduções de obras e despesas de custeio da máquina pública e deverão resultar, num primeiro momento, em economias de R\$ 50 milhões nos gastos anuais do estado. Segundo Lerner, entre outras medidas, o governador espera ver aprovada, até o final desse mês, a criação do fundo de aposentadorias para os funcionários inativos, que representam hoje "aproximadamente 30% da folha de pagamento".

"O pacote fiscal é correto, engloba medidas essenciais e inadiáveis", observou Lerner, afirmando que o Paraná já está envolvido em uma série de medidas, que incluem a redução de investimentos, gastos administrativos e despesas em geral. Se-

Mesmo entre aliados, o único apoio incondicional partiu de Jaime Lerner, do Paraná, que anunciou um programa local de ajuste

gundo o secretário da Administração, Reinholds Stephanes Júnior, a meta é cortar em 10% as despesas de custeio, hoje na casa dos R\$ 40 milhões mensais.

"Entre outras ações, queremos reduzir entre 30% e 40% as despesas com aluguéis dos cerca de 800 imóveis locados pelo estado, que consomem aproximadamente R\$ 1 milhão mensais", observou. Em relação às obras públicas, o secretário Augusto Canto Neto informou que aproximadamente 100 das 2,8 mil em anda-

mento serão reavaliadas e poderão ser suspensas. "De imediato, estamos suspendendo novas licitações ou contratações", destacou.

O governador aposta na criação do fundo de aposentadoria para os servidores. Segundo Lerner, eles absorvem hoje perto de 30% dos gastos com salários. Segundo o secretário especial para assuntos de previdência dos servidores, Renato Follador, hoje são gastos R\$ 77 milhões com aposentados e pensionistas, que somam 70 mil servidores. "Já descontamos contribuição dos servidores ativos e inativos, o que

nos garante uma receita mensal de R\$ 18 milhões", disse. Assim, o déficit atual é de R\$ 59 milhões.

Lerner, no entanto, foi voz dissonante no coro de governadores aliados ao Planalto. Com críticas pontuais às medidas, vários demonstraram má vontade com o pacote anunciado. A começar pelo tucano Mário Covas. Ele criticou o atraso das medidas que, na sua opinião, o governo federal deveria ter tomado anteriormente e de forma paulatina. "A União poderia ter dado velocidade nos acordos parlamentares para adiantar as reformas", criticou. "A demora em operar os ajustes dificultou a condução dos problemas."

Outro que se insurgiu contra as medidas foi Esperidião Amin, do PPB, eleito para governar Santa Catarina. Citando São Paulo, ele disse que irá exigir "equidade" nas cotas de sacrifício impostas aos estados. "São Paulo, por exemplo, já foi favorecido, federalizando uma dívida de três orçamentos por 30 anos a juros de 6%", citou. Amin avisou aos ministros da Fazenda e dos Transportes que não aceitará cortes no Orçamento da União que afetem as obras de duplicação da BR 101, a chamada Rodovia Mercosul.

Ele avalia, porém, que o pacote é necessário, "apesar de tudo". Por is-

so não irá questionar medidas em particular. Acredita que o ajuste irá produzir uma queda imediata nas taxas de juros, mas lamenta que o capital especulativo tenha conduzido o País a uma situação de emergência. "Quando concorri à Presidência, em 1994, fiz uma profecia que se confirmou: ficamos reféns do dinheiro de motel", afirmou. "Tomara que esses abutres não voltem mais."

As críticas ao capital especulativo encontraram eco em Recife, onde o prefeito do Recife, Roberto Magalhães (PFL), fez

duras críticas à ausência de medidas para conter esses investimentos. O prefeito anunciou que vai reduzir o orçamento municipal de 1999 em

R\$ 100 milhões em função da crise, mas não parecia nada satisfeito. "É coerente fazer reforma tributária em crise? Uma reforma agora vai liquidar estados e municípios", criticou.

O prefeito disse que já não tem mais onde cortar gastos. A prefeitura já está enquadrada na Lei Camata, gastando 55% das receitas com funcionalismo. Além disso, fechou 1997 com superávit orçamentário de R\$ 32 milhões e financeiro de R\$

1,5 milhão. "Pago as dívidas do município em dia e o que recebo em troca é corte no Orçamento da União", reclamou.

O governador eleito do estado, Jarbas Vasconcelos (PMDB), apoiou as medidas, mas pediu compensação para o aumento da CPMF. "O aumento é justo, porque deixa de fora os mais carentes, que não têm conta em banco. No entanto, defendendo a dedução de pelo menos uma parte do que for recolhido anualmente no Imposto de Renda", disse através de nota à imprensa.

Com tantas críticas entre aliados, não se poderia esperar postura diferente da oposição. O governador

"A demora em operar os ajustes dificultou a condução dos problemas", critica o governador de São Paulo, Mário Covas

eleito do Rio, Anthony Garotinho (PDT), considerou "lamentáveis e equivocadas", as medidas que, para ele, "o aumento do Cofins pune

empresários, o aumento da CPMF pune a classe média e o aumento do FEF pune Estados e Municípios e só beneficia o setor financeiro".

Garotinho anunciou que vai levar para a reunião dos governadores de oposição, que se realizaria hoje em Brasília, uma proposta alternativa para conter o déficit fiscal e que pretende conseguir o apoio dos colegas eleitos para sua proposta. "Precisamos sair do denunciismo", defende. ■